

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.357.770 - SP (2018/0227569-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **LETHA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**
ADVOGADOS : **WILGBERTO PAIM DOS REIS JÚNIOR - PE031985**
: **LILIANE FRANCISCA DE OLIVEIRA - PE038214**
AGRAVADO : **HAPAG-LLOYD BRASIL AGENCIAMENTO MARITIMO LTDA**
ADVOGADOS : **JORGE CARDOSO CARUNCHO - SP087946**
: **RIVALDO SIMÕES PIMENTA - SP209676**
: **ALEXANDER CHOI CARUNCHO - SP320977**

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO. NOVO EXAME DO RECURSO. 1. TRANSPORTE UNIMODAL OU MULTIMODAL. REVISÃO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 2. HONORÁRIOS RECURSAIS. CONDENAÇÃO. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE FIXAÇÃO NA ORIGEM. 3. EM JUÍZO DE RETRATAÇÃO, AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Na origem, Hapag-Lloyd Brasil Agenciamento Marítimo Ltda. ajuizou ação de cobrança de sobre-estadia de contêineres (*demurrage*) em desfavor de Letha Indústria e Comércio Ltda., tendo o Juízo de primeiro grau julgado improcedente por reconhecer a prescrição ânua.

Interposto recurso de apelação pela autora, a Décima Terceira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao inconformismo em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 125):

Ação de cobrança - Transporte marítimo - Sobreestadia de contêineres - Demurrage - Sentença reconheceu a prescrição ânua - Descabimento - Art. 449 do C. Comercial revogado com a entrada em vigor do C.

Civil/2002 - Prazo prescricional de 5 (cinco) anos se existir disposição contratual sobre os dias de “free time” e respectivo valor da diária, por se tratar de dívida líquida e certa (art. 206, § 5º, I, do C. Civil) ou de 10 (dez) anos na hipótese de inexistir no contrato de afretamento previsão sobre a devolução tardia do cofre (art. 205, C. Civil) -

Superior Tribunal de Justiça

Jurisprudência do STJ - Incidente de uniformização de jurisprudência do TJSP - No caso, a prescrição quinquenal, não consumada - Sentença reformada, para afastar a prescrição Recurso provido.

No recurso especial, fundamentado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, a parte recorrente alegou violação do art. 22 da Lei n. 9.611/1998.

Sustentou, em síntese, que o prazo prescricional aplicável à pretensão de cobrança de sobre-estadia de contêineres (*demurrage*) é de 1 (um) ano para a modalidade de transporte multimodal.

Contrarrazões apresentadas às fls. 149-155 (e-STJ).

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando a insurgente a interpor agravo.

Contraminuta às fls. 174-177 (e-STJ), com pedido de fixação de honorários advocatícios.

Às fls. 193-197 (e-STJ), esta relatoria conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial, em decisão assim ementada:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA POR SOBREESTADIA DE CONTÊINERES. 1. PREVISÃO CONTRATUAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. 2. HONORÁRIOS RECURSAIS. CONDENAÇÃO. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE FIXAÇÃO NA ORIGEM. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER DO RECURSO ESPECIAL E NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Daí o presente agravo interno (e-STJ, fls. 200-209), no qual a agravante sustenta que o posicionamento adotado pela decisão agravada está em dissonância à jurisprudência deste Tribunal Superior que se orienta no sentido de que se aplica, ao transporte marítimo multimodal, a regra insculpida no art. 22 da Lei 9.611/1998.

Afirma que, "nos os casos da operação aludida, o transporte é sempre multimodal, sendo impossível pensar diferente, tendo em vista a complexidade que envolve desde o carregamento do transporte para navio por via terrestre de Países que sequer têm mar, até chegar à entrega no Brasil de tais produtos, através do transporte marítimo" (e-STJ,

fl. 208).

Impugnação apresentada (e-STJ, fls. 213-217).

Brevemente relatado, decido.

Diante da plausibilidade das alegações feitas no agravo interno, reconsidero a decisão de fls. 193-197 (e-STJ), conforme autoriza o § 6º do art. 259 do RISTJ, e passo a novo exame da questão controvertida.

Acerca da prescrição, assim se manifestou o Tribunal de origem (e-STJ, fls. 126-128):

Antes da vigência do C. Civil de 2002, a prescrição da sobreestadia era prevista no art. 449, III, do C. Comercial: “Art. 449 do C. Comercial: Prescrevem igualmente no fim de 1 (um) ano: III As ações de frete e primagem, estadias e sobreestadias, e as de avaria simples, a contar do dia da entrega da carga”.

Portanto, ânua era o prazo de prescrição para cobrança da sobreestadia (demurrage), de acordo com o art. 449 do C. Comercial.

A entrega do contêiner para embarque, no caso vertente, ocorreu já na vigência do Código Civil/2002, que revogou em parte o C. Comercial (art. 2.045), de forma que não mais se aplica a prescrição ânua outrora prevista no revogado art. 449, III, do referido Código.

Também não é caso de aplicar-se a prescrição ânua do art. 22 da Lei 9.611/98.

(...)

A propósito, o tema do prazo prescricional da cobrança da demurrage foi pacificado no TJSP, em incidente de uniformização de jurisprudência, em acórdão com a seguinte ementa

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA Ação de cobrança de sobre-estadia de containers Prescrição Suscitação do incidente pelo eminente Desembargador José Araldo da Costa Telles Existência de quatro teses acerca do prazo prescricional aplicável à espécie Jurisprudência não pacificada Prescrição ânua Art. 22 da Lei nº 9.611/98 ou Decreto-Lei nº 116/67 Inaplicabilidade Matéria que era regulada pelo art. 449, 3, do revogado Código Comercial, que coexistia com os referidos diplomas e que não eram aplicados Impossibilidade de aplicação analógica da Lei nº 9.611/98 que regula o transporte multimodal e não unimodal Aplicação do Código Civil, inclusive porque foi o diploma que revogou o dispositivo antes aplicável Art. 206, § 3º, do CC Inaplicabilidade Dispositivo incidente apenas nas hipóteses de reparação civil decorrente de ato ilícito Caracterização da cobrança de sobre-estadia como mero descumprimento contratual Necessidade de interpretação estrita das regras de prescrição Valores líquidos previstos em contrato Adoção da

Superior Tribunal de Justiça

regra prevista no art. 206, § 5º, I, do Código Civil, a estabelecer o prazo prescricional de cinco anos Na hipótese de ausente previsão contratual aplica-se o prazo decenal previsto no art. 205 do Código Civil Ausência de disciplina específica sobre o tema Precedente do STJ Jurisprudência uniformizada para fixar a aplicação do prazo quinquenal (art. 206, § 5º, I, do CC) à pretensão de cobrança de sobre-estadia de containers, desde que previstos os valores devidos a esse título em contrato; não havendo tal previsão, o prazo passa a ser o decenal (art. 205 do CC). (TJSP; Incidente de Uniformização de Jurisprudência 0127698-38.2013.8.26.0000; Relator (a): Manoel Mattos; Órgão Julgador: Turma Especial - Privado 2; Foro de Santos - 1ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 24/04/2014; Data de Registro: 28/05/2014)

Portanto, o prazo prescricional é de 5 anos para cobrança da sobreestadia ou demurrage de contêiner quando existir disposição contratual no tocante aos dias de free time e respectivo valor da diária, por se tratar de dívida líquida e certa (art. 206, § 5º, I, do CC) ou de 10 anos, inexistindo no contrato de afretamento qualquer previsão sobre a devolução tardia do cofre ou contêiner (art. 205 do C. Civil).

De mais a mais, o Superior Tribunal de Justiça orientou pela não aplicação do art. 22 da Lei 9.611/98 (que trata do transporte multimodal), para o caso de cobrança da sobreestadia, tampouco pela aplicação do Decreto-Lei 116/67 (que trata das operações de transporte de mercadorias por via aquática nos portos brasileiros), porquanto o C. Civil/2002, ao revogar as disposições da primeira parte do C. Comercial, explicitou a incompatibilidade das referidas legislações com o vigente C. Civil.

No caso dos autos, a autora forneceu os contêineres à ré para transporte internacional de mercadorias, instruída a petição inicial com “bill of lading” (fls. 40/63) e “termo de responsabilidade por devolução de unidades de carga (contêineres)” assinado pela ré, definindo-se o prazo de free time e valor da diária a título de sobreestadia (fls. 81/86), sendo os contêineres restituídos entre 13/1/2015 e 7/11/2015 (fls. 2/3), datas em que se iniciam os prazos prescricionais, pelo princípio da actio nata.

Neste panorama, no caso a prescrição para cobrança das sobreestadias é de 5 (cinco) anos (art. 206, §5º, I, do C. Civil), não consumada, porquanto ação proposta em 7/4/2017 (cf. consulta ao e-SAJ).

Da análise dos trechos transcritos, depreende-se que o Colegiado estadual não especificou se o transporte na hipótese seria unimodal ou multimodal. A referida distinção, entretanto, é importante para ser definido o prazo prescricional, conforme entendimento desta Corte, aplicando-se prazos distintos para cada tipo de transporte:

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SOBRE-ESTADIA DE CONTÊINER. TRANSPORTE MARÍTIMO UNIMODAL. INAPLICABILIDADE DA PRESCRIÇÃO ÂNUA PREVISTA NO ART. 22 DA LEI N. 9.611/98. PRECEDENTES. NATUREZA DE DÍVIDA LÍQUIDA CONSTANTE DE INSTRUMENTO PARTICULAR. APLICAÇÃO DO PRAZO QUINQUENAL. ACÓRDÃO RECORRIDO PROFERIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. INCIDÊNCIA DO VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. REVISÃO DO JULGADO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. A Segunda Seção do STJ nos autos do recurso representativo da controvérsia, REsp n. 1.340.041/SP, firmou o entendimento de que "em se tratando de transporte unimodal de cargas, quando a taxa de sobre-estadia objeto da cobrança for oriunda de disposição contratual que estabeleça os dados e os critérios necessários ao cálculo dos valores devidos a título de ressarcimento pelos prejuízos causados em virtude do retorno tardio do contêiner, será quinquenal o prazo prescricional (art. 206, §5º, inciso I, do Código Civil). Caso contrário, ou seja, nas hipóteses em que inexistente prévia estipulação contratual, aplica-se a regra geral do art. 205 do Código Civil, ocorrendo a prescrição em 10 (dez) anos" (Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 4/9/2015).

2. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ.

3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1367405/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 28/05/2019)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA POR SOBRE-ESTADIA DE CONTÊINERES. TRANSPORTE MARÍTIMO MULTIMODAL. PRESCRIÇÃO ÂNUA.

1. O tribunal de origem decidiu em perfeita consonância com a jurisprudência desta Corte. Precedente.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 257.062/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 24/02/2017)

Assim, para verificar qual a modalidade em que foi realizado o transporte, se

Superior Tribunal de Justiça

unimodal ou multimodal, demandaria o necessário reexame do acervo fático-probatório acostado ao feito, o que não se admite nesta instância extraordinária, à vista do óbice da Súmula 7/STJ.

No tocante ao pedido da parte agravada de fixação de honorários, verifica-se que a Corte estadual afastou a prescrição e determinou o regular prosseguimento do feito, portanto, não é possível, neste momento processual, a fixação de honorários recursais diante da falta de arbitramento da verba na origem.

Ilustrativamente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO REDIBITÓRIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS. CERCEAMENTO DE DEFESA. REEXAME DE FATOS. SÚMULA Nº 7/STJ. HONORÁRIOS RECURSAIS. CONDENAÇÃO. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE FIXAÇÃO NA ORIGEM.

(...)

5. Na hipótese, o órgão colegiado, na origem, limitou-se a anular a sentença por reconhecer que houve cerceamento do direito de produzir provas, determinando o prosseguimento da instrução do processo, não sendo possível, neste momento processual, a fixação de honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015) diante da falta de arbitramento da verba na origem.

6. Agravo interno parcialmente provido.

(AgInt no AREsp 1222525/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/08/2018, DJe 05/09/2018)

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial, mediante juízo de retratação.

Publique-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator